



UMA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR COMBINADO PARA AS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

Eugênio Alves Menescal Conde

A integração das Forças Armadas na fórmula mais adequada ao País constitui um dos maiores desafios à inteligência militar brasileira, sendo portanto um tema de grande interesse.

O Cel Eugênio Alves Menescal Conde propõe uma Escola que reúna doutrina comum e metodologia própria e ainda sugere políticas e estratégias para sua implementação.

INTRODUÇÃO

Objetivo

O mundo a partir de 1750 começou a sofrer profundas modificações com reflexos em todas as expressões do poder.

Já assistira à formidável epopéia originária da península Ibérica e que entre outros benefícios, ensejou a saída do obscurantismo, caracterizado pela Idade Média, através da célebre revolução comercial e dos grandes descobrimentos.

Assistiu, igualmente, a uma revolução industrial que trouxe no seu cerne as bases de transformações políticas, econômicas, psicossociais e militares.

Neste último componente do poder nacional, o gênio de Napoleão e seus feitos, interpretados magistralmente por Clausewitz, deram outra feição à arte da guerra com o surgimento de novos princípios.

A partir de então surgiu o trabalho de estado-maior em bases de planejamento científico e analítico.

O século passado foi palco dessas inovações em todo o mundo, particularmente no continente sul-americano, nos acontecimentos da Guerra da Tríplice Aliança, onde o Exército Brasileiro e a Marinha de Guerra colocaram-nas em prática.

A Guerra de 1914-1918 viu a transformação acelerada, intensa e eficiente de todos os meios que o

engenho humano podia oferecer à arte da guerra; desde então, a aviação assumiu um papel cada vez mais relevante, fornecendo novos processos e maiores possibilidades às forças terrestres e navais, com o advento da aviação estratégica, dos navios aeródromos, das forças aeroterrestres e anfíbias, permitindo o combate em profundidade.

Durante a 2ª Guerra Mundial surgiu o Teatro de Operações (TO) face à necessidade de unificar as forças singulares sob um comando único, para o cumprimento de missões estratégicas específicas numa área geográfica determinada.

É o início da valorização do trabalho combinado e/ou conjunto.

As operações combinadas foram, basicamente, de concepção anglo-americana, efetuadas logo após a evacuação de Dunquerque.

Eram realizadas pelos chamados "Comandos" que com efetivo variável, combinavam elementos das forças singulares.

Os americanos na gigantesca operação anfíbia que caracterizou a sua luta no Pacífico, iriam atingir a perfeição no domínio das operações combinadas, culminando no desembarque da Normandia.

"As guerras independentes, realizadas em terra, no mar e no ar, desaparecem para sempre; se algum dia novamente formos envolvidos em ações bélicas, lutaremos com todos os elementos, de todas as Forças Armadas, concentradas em um único esforço. Esta lição, ensinada pe-

la 2ª Guerra Mundial, aprendi em experiência de primeira mão, com raríssimas exceções, não pedirá batalhas aéreas, terrestres e marítimas, independentes".

Esta citação foi feita pelo General Eisenhower, quando Presidente dos *Estados Unidos da América* e baseado na sua experiência na 2ª Guerra Mundial.

O Marechal Zhukow, Ministro da Defesa da URSS, também expressou sobre o assunto o seguinte:

"No aprimoramento das Forças Armadas no pós-guerra, estamos baseando nossa concepção no fato de que a vitória nas guerras futuras será alcançada, somente, pelo esforço combinado das três Forças e na base de sua ação coordenada".

Com efeito, as Forças Armadas só terão a ganhar todas as vezes que discutirem, entre si, os seus problemas comuns.

As guerras modernas exigem, para o sucesso das operações militares, o emprego de meios ponderáveis, pertencentes a mais de uma Força Singular, no quadro de uma interação operacional, logística e tecnológica, orientada por princípios gerais, valores e concepções estratégicas idênticas.

Entendemos que uma Escola de Comando e Estado-Maior Combinado para as Forças Armadas do Brasil, tema do presente trabalho, será um dos mais sérios e importantes elos dessa interação e pelo

que será exposto a seguir, objetivamos provar.

SITUAÇÃO ATUAL

Nacional

A participação do Brasil nos conflitos que marcaram a 1ª Guerra Mundial foi muito pequena e seus reflexos não foram significativos na nossa evolução militar; apesar disto, aqui tivemos a Missão Militar da França que em muito contribuiu para a reformulação do ensino e da mentalidade existente na época, particularmente no seio do Exército.

Já o movimento mundial eclodido em 1939 iria proporcionar efeitos marcantes em nosso País, com a nossa intervenção no conflito, muito embora o governo brasileiro houvesse feito, inicialmente, declaração de neutralidade.

Com certeza, entre outros motivos, a índole democrática do povo brasileiro foi a grande responsável pela decisão histórica do governo, tomada em agosto de 1942 com a sua "declaração de guerra".

Em fevereiro desse ano, era criado um curso de Alto Comando destinado a oficiais gerais e a coronéis da Força Terrestre, embutido em ampla reforma do ensino militar no Exército, com a finalidade precípua de realizar o estudo do emprego de Grandes Unidades estratégicas e criar um Plano Militar de Guerra. Infelizmente não funcionou e seria, certamente, a origem de nossa Escola Superior de Guerra.

Objetivava-se com essa reforma o preenchimento de lacuna existente no tocante a esses assuntos, nos currículos da então Escola de Estado-Maior do Exército, existente desde 1905, bem como, a capacitar os oficiais de alta patente a desempenhar funções de elevado comando e assessoria de mais alto nível.

A presença de nossas Forças Armadas no Teatro de Operações europeu iria mostrar mais uma vez o valor de nossa gente, a capacidade de nossos militares, mas, principalmente, os evidentes pontos fracos de nossa expressão militar, notadamente, face ao contato com forças de países de larga experiência de guerra e de operações combinadas.

O regresso da Força Expedicionária Brasileira, representação mais legítima e de maior envergadura de nossas Forças Armadas no atual século, iria ocasionar efeitos de monta nos diversos componentes do Poder Nacional, a saber:

- término da ditadura vigente;
- início da "decolagem" do País no processo de desenvolvimento econômico;
- consolidação do sentimento de união do povo brasileiro;
- criação do Estado-Maior Geral.

O Estado-Maior Geral, instituído em 1946, deu origem ao Estado-Maior das Forças Armadas, criado em 1948 e que proporcionou, igualmente, a criação de nossa Escola Superior de Guerra, com o objetivo principal de ministrar o curso de Alto Comando, preconizado em 1942, desta feita com a previsão para funcionar com ofi-

ciais integrantes das três Forças singulares.

O ambiente de desconfiança entre os países vencedores, surgido imediatamente após a cessação do conflito, indicava que estávamos às vésperas de outra guerra e dentro desse espírito era imperiosa a preparação de oficiais para o desempenho de funções inerentes às operações combinadas e conjuntas.

Novos fatores iriam ensejar que a novel escola não se dedicasse desde a sua criação ao objetivo primordial a que se propusera, isto é, preparar oficiais superiores das Forças Armadas a desempenharem funções de relevo de âmbito combinado.

Isto só vai começar a ser feito em 1954 devido a ter sido criado no ano anterior o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (Bl nº 75, de 20 de julho de 1953, do EMFA), de menor duração do que o Curso Superior de Guerra, incumbindo-se principalmente da Doutrina Militar Brasileira.

É o início de uma integração por demais necessária no universo das Forças Armadas.

A ESG viu também funcionarem em suas instalações o Curso de Informações e o de Mobilização Nacional, tendo o primeiro obtido maior expressão com a criação da Escola Nacional de Informações, quando este importante segmento auxiliar do Poder obteve o realce e a importância que merece.

São centenas de oficiais diplomados e capacitados a integrarem

as diversas funções de nosso Estado-Maior das Forças Armadas, devidamente comprovado nestas três décadas de existência, com destaque nas operações que marcaram a presença de nossas forças no Oriente Médio e no Caribe nas missões de paz representadas por expressivas participações, respectivamente, na Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) e na Força Armada Interamericana (FAIBRAS).

No cumprimento dessas missões de paz, por contingências fortuitas e alheias à vontade, nossos oficiais mostraram que estavam preparados para cumprir ações de combate, demonstrando mais uma vez a verdade das sábias palavras do Marechal Fock:

“No campo de batalha não se estuda; aí se faz o que se pode para aplicar aquilo que se sabe, em consequência, para se poder um pouco é preciso saber muito”.

Nós, como militares, somos ou devemos ser estudantes da guerra e, como o País depende de nós neste particular, devemos estar certos de que o nosso espírito esteja doutrinado e adestrado, e que, tanto na paz como na guerra, estejamos em condições de assessorar com segurança quando formos chamados para tal.

Atualmente o CEMCFA é um dos cursos ministrados pela ESG, subordinada ao EMFA, destinando-se a habilitar oficiais das três Forças para o exercício de funções de Comando, de Chefia e de

Assessoramento em Estados-Maiores, Organizações ou Forças de natureza combinada; objetiva, além disso, aprimorar o desenvolvimento e promover a divulgação da Doutrina Militar Brasileira, em particular quanto ao exercício das atividades de Comando e Estado-Maior Combinado, bem como contribuir para a formulação da Política e Estratégias Militares Brasileiras.

Os estagiários são selecionados pelo Estado-Maior das Forças Armadas dentre oficiais provenientes e indicados pelas respectivas Forças Singulares.

Os oficiais matriculados possuem grande experiência em suas Forças, sendo diplomados pelas suas respectivas Escolas de Estado-Maior, além de apresentarem acima de vinte e cinco anos de serviços prestados ou mais.

Em média, os oficiais realizam os seguintes cursos de suas Forças, a saber:

Marinha

- Escola Naval (oficiais da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes);

- Aperfeiçoamento de Oficiais (os oficiais FN cursam a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército e logo ao seu término realizam o Curso Avançado de Operações Anfíbias — CAVANF);

- Básico da Escola de Guerra Naval (por correspondência);

- Comando da Escola de Guerra Naval;

- Superior de Guerra Naval (por correspondência);

- Política e Estratégia Marítima (recentemente criado e destinado a oficiais selecionados pela Comissão de Promoções de Oficiais).

Exército

- Academia Militar das Agulhas Negras (oficiais das Armas e Intendentes);

- Aperfeiçoamento de Oficiais;

- Comando e Estado-Maior (habilitando-se através de exame de admissão ao término de aprovação em curso preparatório);

Encontra-se em fase de estudos a criação de um curso de Comando, para coronéis indicados pela CPO, nos mesmos moldes dos cursos atuais de Política e Estratégia da Marinha e da Aeronáutica.

Aeronáutica

- Academia da Força Aérea (oficiais Aviadores, Intendentes e Infantaria de Guarda);

- Tática Aérea, realizado no Centro de Aplicações Táticas e Complemento de Equipagem (CATRE);

- Aperfeiçoamento de Oficiais;

- Comando e Estado-Maior (oficiais selecionados pela CPO e após realizarem e obterem aprovação no curso básico de admissão);

- Política e Estratégia Aeroespacial (oficiais selecionados pela CPO com possibilidades de promoção ao generalato).

No tocante a esses cursos notamos o seguinte:

- a Aeronáutica conseguiu reunir os três últimos na Universidade

da Força Aérea (UNIFA), área do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, tendo, inegavelmente, excelentes condições para obter unidade doutrinária de sua arma; já no CATRE, realizado por tenentes, em Natal os oficiais obtêm noções de emprego combinado;

— a integração horizontal tem início entre as três Forças somente no nível estado-maior, através de alguns exercícios realizados pela FAB com o Exército e com a Marinha, isoladamente; no entanto, há alguma integração entre oficiais do Exército e FN obtida por ocasião do Curso de Aperfeiçoamento, como capitães.

É inegável que a preparação de uma Força Armada para operações combinadas e/ou conjuntas não se faz somente através de cursos específicos.

O ideal é que a integração horizontal tenha início o mais cedo possível, no nível formação, objetivando um maior conhecimento entre si, dos comandantes futuros.

A legislação brasileira nos últimos anos objetiva isso, ou pelo menos tem tentado.

Em 1951 ocorreu a divisão territorial do País em Zonas de Defesas (ZD); em 1955, foram criados os núcleos de Comando de Zona de Defesa, os quais foram desativados em 1970.

Em 1980 ocorreu o estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra e ainda a criação do COM-DABRA.

No período 1980/1983, surgiram as Diretrizes das Forças Singulares para a Manutenção da Estra-

tégia Militar de Guerra, iniciando pelo Exército, em 1980, e seguidas pela Marinha (fevereiro de 1983) e FAB (outubro de 1983). Nestas Diretrizes está preconizada a freqüente constituição de Comandos Combinados ou Conjuntos nos exercícios.

Há ambiente no seio das Forças Armadas para evitar que a assertiva do Marechal Montgomery, a seguir transcrita, se concretize no Brasil:

“É um grave problema para qualquer grande organização militar, que não seja bem integrada e cuidadosamente controlada no topo, poder adaptar-se com sucesso à velocidade da vida moderna. Sem estas condições, a falta de adaptabilidade da organização como um todo tenderá, continuamente, para a promoção dos interesses individuais”.

Internacional

Os países na sua quase totalidade possuem institutos do nível da nossa Escola Superior de Guerra. Alguns deles, no entanto, desmembram seus cursos, adotando currículos exclusivos para cursos destinados a militares de altas patentes, a civis de projeção e/ou a industriais.

Igualmente, a maior parte deles possui o seu Ministério da Defesa.

Vejamos a experiência de alguns deles e cujas características podem interessar ao nosso País.

Colômbia

Na sua Escola Superior de Guerra encontra-se o mais alto nível de ensino militar do país.

Entendem que a Defesa e a Segurança Nacional são obrigações de todos os colombianos e que a sua Escola busca o auxílio de diversos setores oficiais e privados para a obtenção de objetivos comuns de interesse nacional.

É um foro aberto a toda inquietação intelectual e atividade que se destine a edificar solidamente o futuro da Colômbia e de suas Forças Armadas.

As suas missões principais são:

- Aperfeiçoar a educação profissional dos oficiais superiores das Forças Armadas, capacitando-os para funções de Comando e de Estado-Maior;

- Difundir doutrina sobre Segurança Nacional;

- Contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina militar, estudando a evolução da ciência e arte castrenses, elaborando os regulamentos gerais comuns às Forças Armadas e revendo a doutrina contida nos manuais de operações de cada Força Singular.

A Escola foi fundada em 1909, e desde então estava voltada para cursos que atendessem mais ao Exército. A partir de 1948 passou a atender igualmente à Marinha e à Força Aérea. No início os programas foram desenvolvidos de acordo com os interesses de cada Força, os quais não contribuíram para a formação de oficiais qualificados para desempenharem eficiente-

mente as funções em estados-maiores combinados.

Hoje, a formação dos oficiais de estado-maior das três Forças é comum, além de existir cursos de nível do nosso CEMCFA; desenvolvidos de forma combinada e uniforme.

Equador

Neste país existe o Ministério da Defesa, tendo a si subordinados os três Comandos Gerais das Forças Singulares e um Estado-Maior Combinado como órgão de assessoramento.

No corrente ano teve início o seu curso de Comando e Estado-Maior Combinado das Forças Armadas.

Utiliza como principais assessores deste curso oficiais das Forças Armadas brasileiras, possuidores do atual CEMCFA.

O Equador adota o emprego combinado em suas operações.

Normalmente o Comando do TO é dado ao Comandante da Zona de Defesa. Apesar das ZD existirem no planejamento, até 1984 não haviam sido ativadas.

O Ministro da Defesa, normalmente, é o oficial general mais antigo entre as três Forças.

Paraguai

Dá grande ênfase ao emprego combinado nos seus exercícios, apesar de possuir efetivos diminutos e da precariedade de meios de suas Forças Armadas.

Desde o início de sua formação o oficial é instruído de forma in-

tegrada, sem ser unificada, obtendo desta maneira características bem interessantes e marcantes.

Os cursos de aperfeiçoamento, de estado-maior e o de mais alto nível (tipo CSG), seguem a mesma linha.

Argentina

Este país tem há algum tempo o seu Ministério da Defesa.

No entanto, o Ministro da Defesa, normalmente, é um civil e não possui comando operacional sobre as Forças Singulares, funcionando mais ou menos como o nosso Estado-Maior das Forças Armadas.

O comando operacional cabia aos Comandantes-em-Chefe de cada Força Singular que eram subordinados diretamente ao Presidente da República.

O atual Presidente não nomeou os Comandantes-em-Chefe e passou o comando operacional ao Ministro da Defesa.

A Escola Nacional de Defesa possui as características de nossa ESG e até a Guerra das Malvinas as Forças Armadas argentinas não davam ênfase às operações combinadas.

A nefasta experiência vivida pelo país vizinho em 1982, frente à Inglaterra, levou-o a sérias reflexões.

Talvez, para nós, esta seja a experiência mais válida, não só pela expressão de suas Forças Armadas, mas principalmente por ser um país com mentalidade parecida.

O relatório final da Comissão Rattenbach, publicado na *Revista*

Siete Dias, número 859, de 30 de novembro a 6 de dezembro de 83, aponta ensinamentos do conflito das Malvinas e indica opções a serem seguidas.

No nosso entender são reflexões profundas e de elevado interesse, inclusive para o nosso País, as quais transcrevemos as principais e ligada ao presente tema, utilizando os próprios termos do relatório.

"Os erros e omissões cometidos poderão ser aproveitados, ... para procurar capitalizar esta experiência em proveito próprio e evitar, ao mesmo tempo, a repetição dos aspectos negativos ocorridos durante o conflito".

"Cada Força Singular buscou solucionar inicialmente suas necessidades para atender seus próprios interesses".

"A falta de uma estratégia geral que integrasse a condução parcial nas diversas expressões do poder. Os erros se acentuaram devido a inexistência de um organismo com adequada organização e capacidade para a condução da guerra, com unidade e critério e de comando".

"A falta de uma verdadeira preparação para a ação combinada, as Forças Armadas argentinas enfrentaram uma guerra com desconhecimento da doutrina combinada. Os Comandos operacionais foram estabelecidos mais por razões de políticas interforças do que por necessidades funcionais".

"O não se ter praticado com antecedência o comando combinado constituiu uma debilidade decisiva para as Forças Armadas argentinas".

"A República Argentina não possui oficialmente uma política militar orgânica, cujos objetivos e maneira de atuar claramente estabelecidos harmonizam pressupostos, estruturas e o conjunto do quadro político, econômico e social da Nação".

"As deficiências observadas como um todo são significativas e exigem urgente solução. A primeira ação combinada das Forças Armadas deu-se na guerra com a Inglaterra. Não se registram, anteriormente, operações de adestramento ou exercícios combinados de importância".

"Na guerra moderna, só a integração a nível combinado nas Forças Armadas permite o atingimento dos objetivos militares propostos".

"Solucionar estes problemas deve constituir-se em uma responsabilidade primordial dos Comandantes de cada Força. Será necessário, em primeira instância, eliminar arestas, delimitar atribuições, desenvolver a doutrina combinada, efetuar exercícios teóricos e práticos, incrementar cursos de Estado-Maior e de Comando Combinados. As guerras são ganhas — ou

perdidas — pelas Forças Armadas de uma Nação e não por uma das Forças. A guerra moderna não admite a possibilidade do triunfo por parte de uma Força exclusivamente. Em contrapartida, existe a certeza da derrota se elas atuarem isoladamente".

"O Estado-Maior Combinado é o órgão fundamental para efetuar esta transformação. Para isto será necessário prestigiá-lo, potencializá-lo e dotá-lo dos homens mais capazes que cada Força possa fornecer, dotados de espírito combinado, oficialmente provado e qualificado. Um sistema integrado através de eficaz e exigente seleção devem ser os primeiros passos".

Como resultado imediato é de nosso conhecimento a intensificação de medidas necessárias a preencher as lacunas das Forças Armadas argentinas.

Já possuem "Planejamento para Ação Militar Combinada", idealizado em 1984, realizado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, subordinado ao Ministério da Defesa.

Este planejamento está substanciado em 7 capítulos, a saber:

1º) O Planejamento Militar Combinado;

2º) Seqüência de Planejamento Militar Combinado;

3º) Processo de Decisão — Avaliação e Resolução da Estratégia Militar;

4º) Plano Militar de Longo Prazo;

5º) Plano Militar de Médio Prazo;

6º) Plano Militar de Curto Prazo;

7º) Método de Planejamento Combinado.

Autoridades argentinas têm realizado contatos com autoridades militares brasileiras visando a obter informações de como se estrutura a nossa Escola Superior de Guerra e o seu Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.

França

Este país possui Ministério da Defesa e cada Comandante de Força Singular é considerado o Chefe de Estado-Maior de sua Força.

Possui igualmente uma Escola Superior de Guerra Interforças e também o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (IHEDN).

A ESG Interforças segue a linha do nosso CEMCFA e o IHEDN, do nosso CSG; o primeiro é cursado por oficiais franceses e estrangeiros, e o segundo, exclusivamente por franceses, oficiais nível gerais e coronéis antigos e ainda por civis oriundos dos quadros do governo, da iniciativa privada, sendo dirigentes em geral.

Cada Força possui a sua ESG, nível das nossas Escolas de Comando e Estado-Maior (sendo cursadas por capitães e maiores) que os habilitam às funções de comandantes de Unidades e de Grandes Unidades (Brigadas) e a membros de estado-maior.

Inglaterra

A integração entre os oficiais tem início no nível capitão e as escolas são próximas umas das outras.

Os exercícios combinados são realizados em abundância; visam a se obter uma linguagem única, notadamente, com treinamento intensivo de regras de exploração rádio comuns às três Forças.

Nas Escolas de Estado-Maior de cada Força Singular os oficiais já possuem mentalidade combinada; são cursadas, inclusive, por oficiais de outras Forças e por civis de alto gabarito (funcionários do Ministério da Defesa).

Nos últimos três meses de cada curso das Escolas de Estado-Maior das Forças Singulares as matérias ministradas abordam assuntos combinados.

Realizam, com os alunos, estágios de semanas nas escolas congêneres.

Os cursos correspondentes ao do CEMCFA e CSG são, respectivamente, o LATINMER e o National War College.

Possuem ainda o Royal College of Defense Studies que se destina a oficiais gerais (de divisão e de brigada) e a alguns coronéis (os quase gerais).

Esta estrutura militar inglesa permitiu que suas Forças Armadas em 7 semanas obtivessem uma das mais brilhantes vitórias de sua história, mobilizando 100 navios, transportando 28.000 homens, colocando em terra 10.000 deles, após 14.000 milhas de viagem por mar, em 1982.

Reconhecido pelos argentinos, através do Relatório Rattenbach, os ingleses demonstraram ao construir uma Força-Tarefa Anfíbia, perfeitamente balanceada com as necessidades operacionais, que possuem perfeita integração a nível combinado em suas Forças Armadas. De nada teria servido aos ingleses, na guerra das Malvinas, dispor de mais navios de guerra, se não tivessem uma quantidade suficiente de aviões transportados ao Teatro de Operações ou vice-versa. O mesmo poderia dizer-se de sua Infantaria ou de sua Artilharia.

Pelas palavras do Almirante Woodward, Comandante do Teatro de Operações inglês no conflito das Malvinas, podemos, mais uma vez, aquilatar a importância do que dissemos:

"Éramos todos parte de um grupo nacional, trabalhando para uma autoridade nacional única. É, talvez, a mais importante lição de toda a campanha a de que operações combinadas de grande vulto exigem um comandante único para a Força e um estado-maior combinado".

Estados Unidos

A integração horizontal entre os militares tem início nas escolas militares.

Possuem o Departamento de Defesa e as Secretarias correspondentes, às Forças Singulares.

A nossa ESG inspirou-se na existente neste país, o famoso Na-

tional War College, que é cursado por civis e militares.

Do nível do CEMCFA possuem as Escolas de Estado-Maior Combinado; possuem ainda o Industrial College of the Armed Forces.

Os Estados Unidos têm a mais experimentada concepção de operações combinadas e/ou conjuntas.

País que detém a liderança militar no mundo ocidental, dotado de vastos recursos, possui condições de executar em larga escala estes tipos de operações.

A sua participação em diversos conflitos tem comprovado isto.

República Federal da Alemanha

Este país é um dos precursores das operações combinadas, pois, desde 1918, combinava o emprego de carros e de aviões, através de suas famosas *blitzkrieg*.

Tendo inovado em determinadas ações desde a 1ª Guerra Mundial, seja no campo de tática (as infiltrações), seja no campo da estratégia (a guerra de movimento), a República Federal da Alemanha sempre valorizou a formação e o aperfeiçoamento de seus quadros, particularmente, quando derrotada se viu tolhida pelas imposições do Tratado de Versalhes.

Mesmo depois da 2ª Guerra Mundial com as restrições impostas pelos aliados, a Bundeswehr vem sofrendo constantes aperfeiçoamentos no ensino, mormente após 1970, quando foram reorganizados a instrução e o ensino nas Forças Armadas da RFA. Esta re-

forma foi norteada pela idéia que a sociedade, a ciência e a tecnologia, como também os objetivos, os currículos, métodos e técnicas de ensino e instrução em todo o mundo, e em particular na Alemanha, se caracterizaram por um desenvolvimento.

O aumento dos custos trouxe a convicção de que um sistema mais centralizado ajudaria a resolver os problemas orçamentários.

Mas o objetivo maior foi instruir uma maior parcela dos oficiais superiores em um único estabelecimento para todas as Forças Armadas. Apesar da formação combinada neste nível, não foi reduzida a necessidade de instrução especializada em cada uma das Forças Singulares.

A Führungsakademie é o estabelecimento de ensino básico das Bundeswehr para a instrução de oficiais superiores. Sua missão é preparar, selecionar e instruir oficiais experimentados para o comando e funções de estado-maior que requeiram, além de capacidade e experiência, grande responsabilidade.

A ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS (CECMCFA)

É muito significativo o fato da Escola Superior de Guerra haver incluído na relação de temas desenvolvidos pelos seus estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, como

Trabalho Especial, em 1985, o tema ora desenvolvido.

Isto significa a sua grande preocupação com o futuro do Brasil, além de obter subsídios aos estudos e pesquisas que desenvolve juntamente com Órgãos Superiores.

Pode parecer estranho que abrindo um curso de magnitude do CEMCFA, estimule, amplie e aprofunde o estudo e a análise de assunto que aborde a criação de uma outra escola, que assuma este curso.

Será que procura atingir o objetivo proposto em fevereiro de 1942 e ampliado mais tarde, em 1948, da criação de uma Escola para ministrar assunto de Alto Comando para oficiais superiores das três Forças Singulares?

Será que é a preocupação com o processo de integração que não se tem revelado uniforme?

O Manual de Fundamentos Teóricos da ESG — Edição de 1983 — no Capítulo XIV — Sistemas Militares Contemporâneos quando trata de Integração das Forças Armadas, cita:

“Em muitos casos a Integração tem avançado lentamente, ou quase não se tem processado, fruto de particularismos das Forças Singulares. Em outros, vem sendo obtido com êxito, ficando preservadas as peculiaridades de cada Força Singular e criando-se um *espírito de Forças Armadas*, com base na existência de um órgão central do Sistema Militar e no desenvolvimento de uma doutrina de emprego combinado e conjunto”.

Vantagens e desvantagens de sua criação

A realização de uma pesquisa contendo perguntas sobre o tema, levada a efeito entre oficiais das três Forças Singulares, apresentou resultados bastante significativos.

Fruto dessa pesquisa e do estudo e da análise de diversos documentos, as principais vantagens da criação da ECEMCFA são:

- Dar um elevado realce e maior prevalência à alta prioridade de formação de oficiais de estado-maior combinado e conjunto;

- Implantar uma mentalidade de assessoria de alto nível através de um sistema único de planejamento;

- Obter uma maior identidade em relação às atuais Escolas congêneres de outros países, condizente com a situação que o BRASIL deve ter de potência militar continental e marítima;

- Aproveitar a vivência e a experiência de funções exercidas pelos oficiais nos diversos estados-maiores de suas Forças e nos Comandos e Chefias exercidos, objetivando atingir uma metodologia comum no trabalho de comando;

- Possibilitar a seleção dos oficiais mais capazes e dotados de vocação combinada no âmbito de cada Força, preparando-os para a condução de operações combinadas e conjuntas, através da realização de freqüentes exercícios de quadros dentro de um planejamento anual, além da ampliação das atividades de adestramento e aprestamento a nível combinado (realização de operações e exercí-

cios interforças), visando à otimização do Sistema a nível de Defesa;

- Proporcionar que funcione como um Centro de Estudos e Laboratório de pesquisas sobre a Doutrina Militar Brasileira e a Estrutura Militar de Guerra, visando a uma perfeita instrução e adestramento das Forças Armadas, aprimorando o Sistema Militar Brasileiro;

- Facilitar a integração doutrinária, além de estreitar os laços de camaradagem entre os oficiais das três Forças, permitindo o equacionamento de problemas comuns e oferecendo condições cada vez maiores de relevo ao EMFA;

- Oferecer condições de melhor seleção dos currículos e programas do curso a ser ministrado, direcionando-os para a atividade-fim da Escola.

As principais desvantagens encontradas são:

- A existência do atual CEMCFA, dotado de tradição no seio das Forças Armadas, com a formação ao longo dos últimos anos de centenas de oficiais;

- O provável aumento de despesas para a efetivação da Escola;

- O elevado número de oficiais integrantes dos Corpos Docente, Discente e Administrativo face às necessidades de efetivos consideráveis inerentes à nova Escola, com o conseqüente afastamento de suas respectivas Forças;

- A dificuldade no estabelecimento de um critério preciso para as indicações do Corpo Discente e que não venha a criar descontenta-

mentos e frustrações entre os oficiais superiores;

— A possibilidade de “elitizar” os oficiais que cursarem a Escola, criando uma “casta” dentro das Forças Armadas, com a conseqüente desmotivação profissional dos oficiais não possuidores do curso;

— Falta de motivação no âmbito das Forças Armadas para a criação da Escola, julgando-se que a simples ampliação ou adequação do atual CEMCFA supra as necessidades apontadas nos estudos para a sua implantação.

Conveniência da criação

O nosso País vive uma fase de afirmação nacional cujo início ocorreu na década passada. As Forças Singulares procuram identificar seus problemas, seus objetivos e as conseqüentes soluções. Tem ocorrido uma constante procura de racionalização da estrutura administrativa.

O rompimento do acordo militar com os Estados Unidos da América ocasionou um desenvolvimento da produção de material bélico, ocupando espaço considerável na pauta de nossas exportações.

Sem exagero podemos afirmar que em certos casos o País produz determinado tipo de material bélico que obriga as Forças a acompanharem tal evolução.

Esse crescimento conduz igualmente a uma natural evolução doutrinária. É esta evolução doutrinária que provoca o atrito das forças de mudanças contra a tradi-

ção e a experiência de guerras passadas.

É aí que sobreleva a escola, cenário maior do palco da grande contribuição da doutrina.

A Escola que se objetiva criar tem que ser bem estruturada e nascer “forte”, isto é, com apoio, pois se nascer fraca o produto final será nulo.

Ela deve ser a matriz do trabalho combinado e conjunto.

Dentro dessa ótica é que julgamos ser da mais elevada conveniência a criação da Escola de Comando e Estado-Maior Combinado das Forças Armadas, desenvolvendo mentalidade combinada e conjunta, forjando e experimentando uma doutrina por demais necessária às Forças Armadas.

Seria muito mais que um curso, levado muitas vezes atrelado ao Curso Superior de Guerra, sem a devida expressão o que merece ter.

O atual CEMCFA é inegavelmente o seu embrião, não sendo, no entanto, suficiente para os objetivos pretendidos com a sua instituição.

Creemos que a ECEMCFA deve ter direção centralizada visando, dentro de um enfoque sistêmico, a instrução e a aplicação de uma doutrina comum.

Assim sendo, a ECEMCFA dará um maior destaque à doutrina militar e à integração das Forças Armadas. São fatores fundamentais para o desenvolvimento da expressão Militar. A doutrina, por ser a orientadora para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e a integração que exige a constante realização de exercí-

cios combinados dos quais decorrem, entre muitos efeitos benéficos, o mútuo conhecimento das doutrinas específicas, o desenvolvimento de um espírito de camaradagem e a busca de uma adequada padronização de conceitos, técnicas e terminologia, até onde isso for possível.

Qualquer país que não cultive escolas militares de excelência está fadado a derrotas.

A criação da ECEMCFA vem de encontro ao preconizado pelo CMG Guarany, constante do relatório da Divisão de Assuntos Militares da ESG, em 1949, e que se segue:

"Só assim, conjugando esforços, retificando falhas, coordenando idéias e aglutinando tendências, por vezes divergentes ou opostas, é que se obterá uma unidade de doutrina, um seguro planejamento de ações, uma organização mais consentânea com as graves realidades da era que vivemos, na tentativa de expressar em termos claros e objetivos, dentro de nossas realidades, a equação que deva resolver os graves problemas de segurança do País".

Nunca é demais lembrar a Guerra das Malvinas, particularmente o publicado no jornal *O Globo*, de 3 de dezembro de 1983, com o seguinte título — Exército Argentino admite ter ido à guerra sem preparo — donde se extrai:

"O Exército argentino não contava com experiência de

combate em guerra clássica, não tinha doutrina para operações na ilha e jamais realizou exercícios desse tipo, nem em seus quadros, nem em suas unidades. Houve improvisações no alistamento e na mobilização dos efetivos. A derrota frente ao inimigo foi assim uma natural consequência de fatores condicionantes severamente adversos, dos quais se destacam a carência do necessário apoio aéreo e naval, o exíguo nível de abastecimento e a falta de mobilidade das tropas.

Faltou às Forças Armadas uma conveniente integração e o hábito para o trabalho combinado.

Em contrapartida, ressalta a excelente coordenação sobre suas operações principais, por parte das tropas britânicas".

Podemos destacar igualmente a declaração publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 15 de novembro de 1982, no artigo Os Ensinamentos das Malvinas, de autoria do Vice-Almirante Sir Ian McGeoch, da Marinha Real Britânica:

"A cooperação entre todas as armas foi particularmente importante para a retomada das ilhas. Assim fica claro que a vitória britânica deveu-se não exclusivamente à Marinha, mas a uma conjunção de esforços de diferentes armas".

Plano de Ensino

Admitindo a criação da ECEMCFA, as seguintes premissas

deverão ser perseguidas para o seu funcionamento:

Objetivos da Escola

Seriam os atuais existentes para o CEMCFA, acrescidos do seguinte:

— Complementar a preparação dos oficiais egressos das três Forças Singulares (oficiais combatentes, intendentes e engenheiros militares), possuidores dos respectivos cursos de Estado-Maior de suas Forças, otimizando as suas habilitações para o exercício de função de assessoria, chefia ou comando do mais alto nível, nos escalões superiores das Forças Armadas e altos órgãos da Administração, em tempo de paz ou de guerra.

Processos de Ensino

Seriam adotados os seguintes:

- Palestra
- Discussão Dirigida
- Conferência
- Debate
- Trabalho Individual
- Trabalho Especial
- Trabalho em Grupo
- Pesquisa
- Painel
- Simpósio
- Visita
- Viagem

Currículo

Os estudos serão orientados, precisamente, para a formulação de políticas e planejamentos estratégicos, visando ao aperfeiçoamento, ao fortalecimento e ao empre-

go das Forças Armadas, abrangendo o exame crítico da doutrina e dos métodos, considerada e analisada a problemática da segurança e das defesas interna e externa, inclusive os aspectos relativos às expressões políticas, econômica e psicossocial.

O currículo deve abranger matérias que tratem dos problemas profissionais e de cultura geral. Terá caráter experimental, devendo contar com um planejamento flexível com possibilidades de modificações — coerentes com a melhor adequação — mesmo durante o ano letivo.

Metodologia

A metodologia de estudo da Escola deverá estar apoiada em processos didáticos sócio-individualizados, com ênfase em trabalhos de pesquisa de dados e de informações, análise e avaliação da realidade conjuntural, nos campos interno e externo, objetivando a elaboração de sínteses conclusivas, atinentes a propostas de soluções de problemas no campo da estratégia militar e da alta administração.

Relação de Assuntos

Seria aproveitada a estrutura do atual Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, acrescentando e/ou dando ênfase nos seguintes assuntos:

- Relações Internacionais
- Estratégia
- Informações Estratégicas
- Ciência e Tecnologia aplicada à Doutrina Militar Brasileira e à Estrutura Militar de Guerra

- Sistemas Econômicos Contemporâneos
- Conjuntura Econômica
- Sistemas de Administração
- Mobilização
- Organização e Método
- Treinamento Físico
- Tiro de Armas Portáteis

Duração do Ano e Regime de Trabalho

— Início a 1.º de fevereiro e término a 30 de julho, com semanas de 5 dias de duração.

— Em princípio, cinco tempos de aula pela manhã e três tempos à tarde, com exceção de sexta-feira, cuja atividade será matutina.

— No entanto, nos dias destinados às palestras e às conferências as atividades serão somente pela manhã.

Uniformes para as Atividades

Serão regulados pelo Comando da Escola de acordo com o previsto nos regulamentos das respectivas Forças.

As viagens e visitas serão realizadas com todos os membros dos Corpos Docente, Administrativo e Discente trajando civilmente.

Condições Básicas de Matrícula

— Ser oficial superior das Forças Singulares, de preferência nos postos de Major (antigo), Tenente-Coronel ou Coronel (moderno), ou equivalentes.

— Haver terminado no máximo há quatro anos o respectivo Cur-

so de Estado-Maior de sua Força, estando classificado na primeira metade de sua turma de estado-maior, obtenção a menção B ou MB.

As condições básicas acima citadas se justificam pela necessidade de se dotar as Forças Armadas com um maior número de oficiais com mentalidade combinada, com perspectivas de muitos anos de serviço em prol de cada Força.

A experiência aponta que não basta ter uma oficialidade capaz com mentalidade combinada, mas também possuí-los em maior número, objetivando a se adotar no seio das Forças Armadas medidas que se aproximem cada vez mais às necessidades reais de nossas Forças.

Em caráter experimental e constituindo turma à parte, poderão ser matriculados oficiais-generais das três Forças, de acordo com os objetivos maiores da Nação.

Comando e Corpo Docente

O Comando da Escola será exercido por um oficial general de três estrelas, pelo espaço de dois anos, obedecendo ao sistema de rodízio entre as Forças. O Subcomandante, obrigatoriamente, será de Força diferente da qual pertencer o Comandante.

Os instrutores serão oficiais das três Forças, possuidores do CEMCFA e/ou ECEMCFA.

Serão complementados por conferencistas civis e militares de comprovada competência, especialmente convidados para colaborar com a Escola.

Corpo Discente

Comportará, anualmente, acima de 80 alunos, seguidas as proporções a seguir:

- 1/4 para o Ministério da Marinha

- 2/4 para o Ministério do Exército

- 1/4 para o Ministério da Aeronáutica

Não poderão ser matriculados civis e oficiais de nações amigas.

Corpo Administrativo

Os integrantes do Corpo Administrativo deverão ter o curso da Escola, podendo, no entanto, serem oficiais das três Forças, da ativa e/ou da reserva.

Atualização

A Escola terá também o encargo de atualizar os oficiais concluintes, por turma, a cada término de ano letivo, apresentando aos diplomados as principais modificações doutrinárias e conjunturais, através de artigos ou notas informativas publicadas em boletins, ou revistas.

A atualização dar-se-á no 2º semestre de cada ano letivo, simplesmente com a remessa aos ex-estagiários dos artigos ou notas.

Avaliação

Não haverá verificação de aprendizagem. Ao término do ano letivo os oficiais serão considerados como concluintes da Escola, com ou sem aproveitamento.

O aproveitamento escolar será medido através de uma criteriosa avaliação de desempenho do oficial, mediante observações de atributos e aspectos especificamente estabelecidos, levando-se em conta, nesta avaliação, os trabalhos realizados.

Ao final, uma síntese da avaliação do desempenho de cada oficial será remetida a cada Força, devendo constar de suas folhas de alterações.

CONCLUSÃO

O Brasil possui excelentes condições básicas que o classificam como nação emergente no âmbito das relações internacionais, das quais destacamos:

- superfície territorial maior do que 5.000.000 km²;

- continuidade territorial;

- acesso direto e amplo ao alto mar;

- recursos naturais estratégicos e essenciais;

- população maior do que 100.000.000 de habitantes;

- densidade demográfica maior do que 10 hab./km² e menor do que 200 hab./km²;

- homogeneidade racial.

No entanto, as Forças Armadas brasileiras não possuem a estrutura exigida pelas potencialidades do País; o que o Brasil gasta com suas Forças Armadas é inexpressivo, notadamente se comparado com países de menor porte e expressão, e particularmente, se for levado em conta, ainda, a enorme respon-

sabilidade que lhe cabe na manutenção de sua integridade territorial e a importância que assume cada vez mais no âmbito continental e mundial.

O mínimo de recursos que vem sendo destinado às Forças Armadas exige que, primordialmente, as Forças possuam operacionalidade e aprestamento exemplares, em condições de atenderem rápida e eficazmente as exigências da segurança.

As escolas de nossas Forças, em todos os níveis, são consideradas muito boas. Muito há o que investir no setor para manter esta qualidade e até mesmo elevar o padrão. Porém, o número de oficiais com a mentalidade combinada é pequeno.

A complexidade das guerras modernas, por outro lado, exige, como já vimos, grande integração das Forças, não havendo hoje vencedores isolados. A guerra em si é uma forma de ação política, onde até mesmo o componente civil assume enorme expressão.

Há que se obter integração, custe o que custar. A guerra das Malvinas comprovou aos vizinhos argentinos como a falta de exercícios combinados, de mentalidade e, principalmente, de escolas voltadas para o problema levam um país a uma derrota, entre outros motivos.

O Brasil já vem realizando diversos exercícios combinados e/ou conjuntos, dos quais se destacam os seguintes:

— Operação Quebra-Gelo, realizada pelo NUCOMDABRA, reu-

nindo elementos das três Forças, em operações de defesa aérea;

— Operação Mandu, como encerramento do curso de observadores aéreos do Exército, realizada entre este e a FAB;

— Operação Saci, realizada entre a V FATA e a Bda Pqdt;

— Operação Cadete, realizada na AMAN com apoio de Hlcp e aeronaves de ataque e de observação da FAB;

— Operação Alcatrão, realizada pelo EMFA, onde elementos do COMAT compõem o estado-maior da FATOT;

— Operação Sertanejo, realizada pelo Exército na região da caatinga, com apoio da FAB;

— Operação Orion, realizada pela FAB e pelo Exército, visando a defesa de Brasília;

— Exercícios de Grandes Comandos do Exército, em 4 fases, contando com a participação da FAB.

A Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil realizam igualmente diversos exercícios, assim denominados:

— Operação Tropicalex;

— Operação Temperex;

— Operação Aderex;

— Operação Costeirex;

— Operação Oceanex;

— Operação Orungan;

— Operação de alto nível (manobra na carta), denominada Operatlan;

— Operação de patrulhamento das 200 milhas, conhecida como Operação Atlântico.

A nossa Marinha participa de manobras com a Marinha norteamericana, a bastante conhecida

Operação Unitas; realiza ainda com a Marinha argentina a Operação Fraterno e a Operação Ninfa, com a Marinha do Paraguai (essencialmente ribeirinhas).

A integração entre as Forças Armadas é necessidade fundamental para as modernas atividades de planejamento e de possível emprego violento da força.

Apesar dos exercícios citados, da existência de um curso de estado-maior do nível do CEMCFA, é ainda muito pequeno o nível de integração existente.

O espírito de corpo de cada uma das Forças Singulares, importante e necessário, permite a estanqueidade que ao se disseminar, aliada às imperfeições naturais do ser humano, pode se sobrepor, imperceptivelmente, aos reais interesses nacionais.

O forte traço individualista do caráter brasileiro há que ser vencido em proveito de uma maior coesão e integração de nossas Forças Armadas.

Assim sendo, julgamos que as seguintes políticas e estratégias devem ser seguidas, visando à valorização cada vez maior do oficial de mentalidade combinada, e, primordialmente, à criação da ECEMCFA, fator mais elevado para obtenção da desejada integração.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA SUA IMPLANTAÇÃO

Política

— Efetivar a criação no EMFA de uma Comissão de ensino com o

objetivo de implantar, entre outras medidas, a ECEMCFA e obter uma maior integração entre os membros das Forças Singulares, através de cursos comuns.

Estratégias

— Passar à subordinação do EMFA, a curto prazo, os atuais Colégios Militares, bem como estimular um maior intercâmbio entre os diversos componentes das Forças Singulares, através de cursos de especializações comuns (Ed Fis, Com Social, Mat Bel, Com, outros), visitas, competições, palestras, difusão das atividades das respectivas Forças, exercícios, etc., objetivando um maior conhecimento mútuo.

— Transformar o atual CEMCFA em ECEMCFA, ocupando instalações próprias.

Política

— Incrementar a capacidade de coordenação e de integração do EMFA;

Estratégia

— Incluir nos programas de matérias das escolas de formação, de aperfeiçoamento e de estado-maior das três Forças (dentro de cada nível) assuntos de interesse e de emprego combinado.

Política

— Aumentar o poder de designação do EMFA para determinando tipos de missão;

Estratégia

— Selecionar e designar os oficiais possuidores da ECEMCFA para servirem no EMFA, no CSN, para cursarem no exterior nas Escolas congêneres ou superiores, bem como para ocuparem os cargos de adidos das Forças Armadas (ADIFA) e para serem instrutores neste nível nas Escolas de nações amigas.

Política

— Proporcionar aos escalões superiores de cada Força Singular mais um fator no processo de seleção para o oficial atingir o generalato.

Estratégia

— Valorizar o curso da ECEMCFA, atribuindo determinado número de pontos no cômputo geral para o acesso ao generalato.

RESUMO CONCLUSIVO

MENESCAL, Eugênio Alves Conde. *Uma Escola de Comando e Estado-Maior Combinado para as Forças Armadas do Brasil*. Escola Superior de Guerra. ESG. Trabalho Especial — TE-85.

O trabalho visa à criação de Uma Escola de Comando e Esta-

do-Maior Combinado para as Forças Armadas do Brasil.

São feitas considerações iniciais, à guisa de introdução, versando sobre a evolução da arte guerreira nos últimos dois séculos, destacando a integração que deve haver entre as Forças Singulares em uma guerra moderna. Na exposição do tema é apresentado um pequeno estudo do que existe atualmente em termos de formação do oficial de estado-maior combinado no âmbito nacional e no seio dos principais países, vizinhos e naqueles de maior projeção internacional.

A seguir, são apresentadas as vantagens e desvantagens de sua criação, surgindo daí as razões que conduzem à conveniência de sua criação. Finalmente, é feita uma proposta de Plano de Ensino, onde são abordados, sumariamente os objetivos da Escola, os Processos de Ensino a serem utilizados, o Currículo, a Metodologia, a Relação de Assuntos, a Duração do Ano e Regime de Trabalho, os Uniformes para as Atividades, as Condições Básicas de Matrícula, premissas sobre o Comando, o Corpo Docente, Discente e Administrativo, além de normas para Atualização e Avaliação.

O Trabalho conclui sobre a importância do País, ressaltando a integração que deve haver nas Forças Armadas, com a realização de exercícios entre as Forças, e a obtenção de uma doutrina comum através da criação da Escola, citando as políticas e estratégias para sua implantação.

BIBLIOGRAFIA

1. ARRUDA, Antônio. *História de sua doutrina*. ESG, São Paulo, G. R. D.; (Brasília) Jul. 1983.
2. BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar*. ECEME. Rio de Janeiro, 1981.
3. ——. Equipe do EMFA. *A Integração das Forças Armadas*. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro.
4. ——. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, ESG, 1983.
5. LOTHAR, G. S. Prang. *O Aperfeiçoamento de Oficiais nas Forças Armadas da Alemanha*. Military Review, Rio de Janeiro, 1974.
6. TORRES DE MELO, Francisco Batista. *Reflexões a respeito da coesão no Exército*. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, (695) Mai/jun 1981.
7. VOGELGEZANG, Carl Theodore. Aula Inaugural do Curso de Estratégia e Tática de Jogos de Guerra. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Dez 1975.



O Cel QEMA Eugênio Alves Menescal Conde tem os cursos da AMAN, EsAO, ECEME e ESG, tendo sido instrutor nas três primeiras dessas instituições de ensino. É portador das medalhas da "Ordem do Mérito Militar", "Medalha de Ouro" e "Medalha do Pacificador". Comandou o 34º BI Mtz, Foz do Iguaçu. Serve atualmente junto ao Gabinete do Ministro do Exército.